

CAPÍTULO VII

**QUANDO A UNIVERSIDADE ERA O LICEU: SOCIEDADE,
POLÍTICA E ELITES EM ÉVORA DURANTE A I REPÚBLICA.**

**Fernando Gameiro¹
Maria Ana Bernardo²**

I

O presente estudo pretende contribuir para o conhecimento do meio social eborense, numa perspectiva analítica que põe em relevo a relação entre as instituições ligadas ao ensino, o Liceu em particular, e a dinâmica social e política da cidade, na I República.

A prossecução de tal objectivo desdobra-se em sucessivas etapas. Primeiro, procede-se a uma caracterização da cidade atendendo à sua posição na estrutura da rede urbana portuguesa e coligem-se alguns traços sobre o seu perfil do ponto de vista demográfico, económico e sócio-ocupacional. Em seguida, procuram captar-se as linhas de continuidade e/ou de ruptura em relação ao recrutamento e composição social das elites políticas locais, por efeito da transição da Monarquia para a República. Depois, reflecte-se sobre o significado de uma instituição como o Liceu para o processo de estruturação das elites políticas e diferenciação social em Évora no período mencionado.

Durante a Monarquia Constitucional, a organização do ensino consagrou a distinção entre liceus de primeira e liceus de segunda classe, obrigando à frequência dos primeiros para o prosseguimento de estudos. No caso concreto da região do Alentejo, só o Liceu de Évora possuía tal estatuto. Este facto acabou por transformar a instituição numa referência regional para os candidatos que pretendiam aceder à Universidade de Coimbra ou às Escolas de Aplicação em Lisboa, reforçando a sua função diferenciadora no desenho das trajectórias escolares.

O posicionamento hierárquico do liceu não se alterou durante a I República. Excluída a formação de professores facultada pela Escola Normal e o ensino superior de Teologia, o Liceu de Évora oferecia a formação mais avançada na cidade e o seu grau de diferenciação acentuou-se ainda mais com a criação da Escola Industrial, em 1914.

¹ Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS.UE)

² Departamento de História/ Escola de Ciências Sociais – Universidade de Évora e CIDEHUS.UE

Foram várias as medidas tomadas por vários governos no sentido de limitar o crescimento da população liceal, sendo a mais significativa a forte aposta na diversificação da oferta de ensino técnico. Porém, o ensino liceal em Évora, como no país, não deixou de registar um aumento sustentado da procura ao qual as várias medidas tendentes a limitar o prosseguimento de estudos – tomadas quer durante a I República, quer durante o Estado Novo – não conseguiram obviar.

II

Considerada a hierarquia urbana portuguesa na sua longa duração, a cidade de Évora apresentou uma tendência que a conduziu da terceira posição, no início do século XVI, para a sétima posição em 1801, a décima em 1911 e a nona em 1940. Esta trajectória, aferida pelo volume dos efectivos demográficos, deve ser entendida, sobretudo para o Antigo Regime, no contexto de um secular processo de litoralização populacional do país e de periferização da cidade relação à corte³.

Do ponto de vista do *quociente de urbanização*⁴, Évora, embora situando-se no grupo das cidades portuguesas de média dimensão, deixou transparecer alguma debilidade ao longo das três primeiras décadas do século XX. Num período de acentuado crescimento populacional deste conjunto de cidades, Évora permaneceu nele, embora encostada ao limite inferior do intervalo de efectivos populacionais normalmente considerados⁵.

E se os estudos existentes sobre o tema permitem concluir que o triunfo do Liberalismo proporcionou mudanças decisivas no sector agrário alentejano, favorecendo a expansão de «uma “nova” agricultura, mais capitalista, mais aberta, mais intensiva e, em

³ Cf. nomeadamente, Vitorino Magalhães Godinho, *A estrutura da antiga sociedade Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, pp.19-44, Teresa Rodrigues, 1997, *Cinco séculos de quotidiano. A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Lisboa, Edições Cosmos, pp.23-28 e Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, 1996, «O crescimento urbano no Portugal oitocentista», *População e Sociedade*, nº2, p.132.

⁴ Segundo os critérios avançados por Álvaro Ferreira da Silva, 1997a, *Crescimento urbano, regulação e oportunidades empresariais: a construção residencial em Lisboa, 1860-1930*, Florença, Instituto Universitário Europeu, 2 vols. (tese de doutoramento policopiada), pp. 58-92. O autor utiliza, para apuramento do quociente de urbanização em Portugal, a fórmula concebida por Jan de Vries, *European Urbanization*, pp.46-7). Aquele autor sustenta que este valor pode ser mais útil que o da taxa da urbanização, uma vez que permite perscrutar a capacidade de atracção evidenciada pelos centros urbanos ao longo de um determinado período e num determinado território, face ao aumento da população total registada para esse território e nesse mesmo período. A fórmula é a seguinte: $Q = ((U_2 - U_1) / (P_2 - P_1)) / (U_1 / P_1)$. Quando o quociente é igual a 1,0 a população urbana e a população total crescem a um ritmo idêntico, significando que a taxa de urbanização não se alterou entre os dois momentos analisados. Sendo superior, significa que as cidades participam do crescimento demográfico a um ritmo superior ao da população do conjunto do território de referência. Se o valor do quociente for inferior a 1,0 traduz o insucesso do sector urbano em drenar o crescimento populacional, repercutindo-se na diminuição da taxa de urbanização.

⁵ Cf. Álvaro Ferreira da Silva, 1997a, *op. cit.*, pp.81-85.

relação ao passado, comparativamente mais moderna e progressiva»⁶, esta tendência não parece ter favorecido particularmente a posição da cidade no contexto da rede urbana portuguesa. Por outro lado, pese embora a existência de investimentos e criação de indústrias⁷, estas não se afirmaram como motor de dinamismo económico e factor de atracção de efectivos populacionais para o concelho e a cidade, num período em que este sector era o principal estímulo para o crescimento dos centros urbanos em Portugal⁸.

Porém, um olhar mais atento sobre a cartografia da rede urbana portuguesa, entre o início do século XIX e o início da década de quarenta do século XX, permite-nos constatar que, neste período, só duas localidades desafiavam a posição de Évora como o mais populoso centro do interior do país. No início de Oitocentos, Elvas equiparava o volume dos efectivos populacionais eborenses; em 1911, a Covilhã era a única localidade que estava nessa mesma posição. No primeiro caso tratava-se de uma povoação de importância central na estratégia militar de defesa do Alentejo e da própria capital do país. Em relação à Covilhã é sabido que o surto industrial aí ocorrido esteve na base de um assinalável aumento populacional⁹.

Fica assim evidente que, embora não conseguisse acompanhar a dinâmica de crescimento urbano que ocorria na faixa litoral entre Lisboa e Braga, em 1940 Évora era a única cidade de Portugal continental com mais de vinte mil habitantes situada longe da fachada atlântica¹⁰.

A percepção coeva sobre a posição e importância da cidade ficou inscrita nas actas do município eborense, mormente quando se criticavam intenções e/ou decisões governamentais que, no entender das autoridades locais, não valorizavam a capital eborense e punham em causa os interesses da cidade e os da região. As questões ligadas com o tema da instrução, nomeadamente o facto de Évora dispor, ou não, de determinadas instituições de ensino, suscitaram comparações com as maiores cidades do país e ilustram o que se disse anteriormente.

Em 1894, os dirigentes municipais protestavam contra a proposta de lei de classificação do Liceu de Évora como Liceu Nacional de 2ª ordem. Em seu entender, o estabelecimento de ensino eborense deveria ser considerado de 1ª ordem ou central, à semelhança

⁶ Cf., nomeadamente, Helder Adegar Fonseca e Rui Santos, 2001, «Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX», *Ler História*, nº40, pp.43-94.

⁷ Cf. Helder Adegar Fonseca, 1996, *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas no Alentejo Oitocentista*, Lisboa, INCM/ICSpp. 427-438 e Paulo Eduardo Guimarães, 2006, *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960)*. Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo, Lisboa, Colibri /CIDEHUS-UE, pp.495-518.

⁸ Teresa Barata Salgueiro, 1992, *A cidade em Portugal. Uma geografia Urbana*, Porto, Afrontamento p. 89-79, explicita que “*Cidades do sul como Évora e Elvas, ou do interior, como Viseu, vão manter-se como sedes de regiões agrícolas relativamente estagnadas e por isso perdem posição face aos núcleos onde a indústria prosperou, como Setúbal, Braga, Vila Nova de Gaia, Covilhã e Guimarães*” (p.71).

⁹ Cf. Teresa Barata Salgueiro, 1992, *op. cit.*, pp. 427-431

¹⁰ Cf. Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau (comentários e actualização), 1999, *Geografia de Portugal. III O Povo Português*, 3ª ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa. p.747

dos de Lisboa, Porto e Coimbra, pois só assim ficaria em condições servir os “*jovens dos quatro distritos meridionais do continente portuguez*”¹¹. Os responsáveis municipais acrescentavam mesmo que Évora ficara “*injustiçada*” em comparação com Coimbra. Dois anos depois, a vereação eborense assinalava o facto de Braga ter conseguido que o seu liceu fosse elevado à categoria de central, enquanto o de Évora, situado numa cidade que fora já antiga sede de universidade, continuava sem esse reconhecimento. Registou-se igualmente que o município eborense diligenciara para que o governo legislasse a seu favor, efectuando representações que tinham sido “*secundadas por numerosas municipalidades dos distritos de Beja Portalegre e Faro*”. E sublinhava-se, ainda, a “*desatenção com que, pelos altos poderes do Estado [tinham sido] tratados os povos transtagnos*”¹².

Em 1920, a propósito de uma notícia na imprensa onde se dava conta da criação de uma Escola Agrícola em Évora, o presidente da vereação adiantava que isso seria compensação merecida, pois há muito que era percebido que não fazia sentido que “*o centro do Alentejo, a capital desta província classificada de celeiro de Portugal, [...] não possuísse um instituto de aprendizagem técnica [que trouxesse] mais desenvolvimento e mais perfeição para a agricultura [...]*”¹³.

Alguns anos decorridos, em 1928, a questão da instrução mobilizou novamente o executivo municipal, que deliberou representar junto do governo solicitando a reabertura da Escola Normal de Évora, “*à semelhança do que fora feito em Braga e Coimbra*”. Sobre o mesmo assunto, a comissão “*lamentava que mais uma vez esta cidade [tivesse sido] esquecida nas regalias a que tem direito pela sua situação*”¹⁴.

Tanto os dados quantitativos do crescimento populacional como os discursos das autoridades eborenses coevas sobre a importância da cidade se encaminham no sentido de suscitar a interrogação sobre as vantagens, ou ausência delas, que as capitais de distrito colhiam das funções administrativas que lhes eram acometidas.

Alguns resultados quantificados sobre crescimento da população e quocientes de urbanização relativos ao conjunto do território continental não deixam antever que as cidades sede de distrito tivessem obtido por este via uma maior capacidade de atracção de efectivos populacionais¹⁵. Porém, outros estudos concluem que “*as capitais de distrito receberam*

¹¹ A.D.E. – A.C.M.E., Nº 795, 1893-1896, FLS. 83V.-86

¹² A.D.E. – A.C.M.E., Nº 796, 1896-1898, FLS. 69-71. Como o liceu de Évora não era Liceu Central, os estudantes que pretendiam frequentar instrução superior tinham de completar os estudos preparatórios em Lisboa, Coimbra, Porto, Braga ou mesmo Ponta Delgada. Em 1898, porém, a cidade já dispunha de um Liceu Central e posteriormente assim se manteve. No entanto, os encargos financeiros que o funcionamento da instituição acarretava deram origem a algumas dificuldades e a intenção do governo, em 1923, de remodelar os serviços de educação nacional, levou os responsáveis municipais a temer a desclassificação da instituição (A.D.E. – A.S.C.E., Nº 811, 1922-1924, FLS. 126V.-129V.).

¹³ A.D.E. – A.S.C.E., Nº 810, 1920-1922, FLS. 86-89V.

¹⁴ A.D.E. – A.S.C.E., Nº 813, 1928-1930, FLS. 47V.-48V

¹⁵ Cf. Álvaro Ferreira da Silva, 1997a, *op. cit.*, p.89.

importantes funções administrativas, formando a base para o planeamento de redes de infra-estruturas”. Embora não seja nosso propósito enveredar pelo domínio do contra-factual, fica a interrogação sobre qual teria sido a evolução de algumas cidades no contexto da hierarquia urbana portuguesa, caso não tivessem sido capitais de distrito. Não seriam elas remetidas para posições ainda mais secundarizadas, sendo outra a configuração da rede urbana e inferiores os níveis de urbanização do país?

Mas o caso eborense integra este debate numa posição peculiar. Évora tem sido designada como uma das “*principais sedes de distrito*”¹⁶ e, para além disso, ou sendo isso mesmo que está implícito na apreciação supra, alguns dos “*serviços de regulação da vida económica e social*”¹⁷ sediados na cidade tinham um alcance espacial bastante mais amplo que o traçado pela fronteira do distrito.

As informações coligidas, e comparadas, a partir dos Anuários Comerciais de 1899 e de 1933 – mesmo se o primeiro deles fornece dados pouco detalhados e sistemáticos – evidenciam a presença, em Évora, de vários serviços que integravam a rede periférica da burocracia estatal, e deixam perceber uma trajectória de crescente complexidade e alcance territorial da mesma ao longo do período considerado.

Analisaram-se os dados recolhidos mediante uma tipologia empírica construída com o intuito de se obter uma perspectiva estruturada do elenco de serviços discriminados nos *Anuários*. Essa tipologia assentou em três critérios: natureza dos serviços, alcance territorial e funções. Num primeiro nível efectuou-se a distinção entre serviços religiosos e laicos e estes, por sua vez, entre civis e militares. Os resultados assim obtidos foram em seguida apreciados mediante o critério do alcance espacial: concelhio, distrital e regional. Os grupos assim estabelecidos foram, por sua vez, discriminados consoante as funções que deviam cumprir: administração, defesa, economia, instrução, cultura e assistência¹⁸.

Para além dos órgãos e cargos correspondentes à malha político-administrativa concelhia e distrital contavam-se outros serviços, sobretudo com funções económicas, que se localizavam na cidade pelo facto de a sua disseminação pelo território respeitar as capitais de distrito. Em 1933, estavam nesta situação a Direcção de Estradas do Distrito de Évora, a Direcção de Finanças Distrital, a Inspeção Escolar do Distrito, a Intendência de Pecuária, a Agência do Banco de Portugal e a Filial da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência. Com um alcance espacial que seguia o recorte judicial do país e, por isso, não coincidia for-

¹⁶ Cf. Jorge Gaspar, 1981, *A Área de Influência de Évora. Sistema de Funções e Lugares Centrais*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (2ª ed.), p. 326..

¹⁷ Cf. Teresa Barata Salgueiro, 1992, *op. cit.*, p. 125.

¹⁸ Cf. Maria Ana Bernardo, 2009, *Sociedade e Elites no Concelho de Évora. Permanência e Mudança (1890-1930)*, Évora, Universidade de Évora (tese de doutoramento), Tabela nº 4 – *Instituições e Serviços Públicos em Évora* (Anexo ao Capítulo 3).

çosamente com o mapa concelhio e distrital, anotaram-se os serviços da Administração Judicial, Assistência Judicial, Tutoria da Infância e Tribunal do Trabalho.

Mas, para além destes, Évora concentrava diversos serviços e equipamentos que lhe davam projecção regional. Os que tinham funções de defesa e segurança eram, até pelo volume de gentes que faziam afluir à cidade, dos mais relevantes. A cidade acolhia o Quartel-general da 4ª Divisão Militar e a Direcção de Propriedades e Obras Militares, dispunha de uma Guarnição Militar assinalável, concentrava o Hospital Militar Regional e a Farmácia Central do Exército. O Batalhão nº3 da Guarda Nacional Republicana estava sediado em Évora e tinha tutela territorial sobre as Companhias localizadas em Portalegre, Setúbal, Évora, Beja e Faro. O Batalhão nº2 da Guarda-fiscal estava igualmente situado em Évora e tinha cinco Companhias, localizadas em Castelo Branco, Elvas, Serpa, Vila Real de Santo António e Faro.

No início da década de 30' do século passado, a cidade captava igualmente diversos serviços de âmbito regional com funções de regulação económica: a 4ª Circunscrição da Direcção Geral das Indústrias, a Estação de Cerealicultura e Delegação da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas, e a 5ª Circunscrição da Previdência Social. Tratava-se de organismos que, embora sem os efeitos directos sobre a economia da cidade comparáveis aos dos serviços de defesa e segurança¹⁹, colocavam Évora numa posição de mediação com as instâncias de tutela localizadas em Lisboa e, assim, consolidavam a sua preeminência no contexto regional.

Com incidências mais directas no desenvolvimento da economia contavam-se os serviços ligados aos transportes e comunicações, nomeadamente os Caminhos de Ferro, os Correios, Telégrafos e Telefones, e as empresas de aluguer de camionetas e transportes de passageiros. Entre estas, destacava-se a Transportadora Setubalense Limitada, que garantia ligações regulares diárias entre Évora e os principais centros populacionais do distrito e entre este e a capital do país, com os meios que os avanços tecnológicos iam disponibilizando. Em 1899, para além do transporte ferroviário, a cidade dispunha apenas de diligências para três centros urbanos do distrito e um sistema de estafetas com ligação a Setúbal e Lisboa. Também no sector da mobilidade Évora se afirmou, ao longo do período em estudo, como referência de alcance regional.

No campo da instrução, Évora era a cidade a sul do Tejo que concentrava os equipamentos mais diversificados. Destacavam-se o Liceu Central, a Escola Industrial, a Escola

¹⁹ Em diversas ocasiões nos notáveis locais e os representantes do sector comercial e industrial, através das respectivas associações, manifestaram junto o município a sua apreensão ou o seu júbilo pela hipótese de saída ou localização na cidade de determinados corpos militares (cf. entre outros periódicos e outros números do mesmo jornal, o *Notícias d'Évora*, 1901/11/19 ANO II, P. 1; Idem, 1906/08/02, ANO VI, p.1; Idem, 1906/08/04 ANO VI, P.1; Idem, 1906/08/17 ANO VI P. 1-2; Idem, 1907/04/23, ANO VII, p. 1. A importância da presença militar na cidade fazia-se sentir ainda a outros níveis, originando algumas tensões institucionais, nomeadamente quanto à cedência e uso de terrenos e edifícios que estavam, juridicamente ou pelo hábito, sob alçada da câmara ou do ministério da guerra (cf. nomeadamente, A.D.E. – A.S.C.E., N° 806, 1912-1913, FLS. 30-39; A.D.E. – A.S.C.E., N° 809, 1916-1919, FLS. 106-112V.; A.D.E. – A.S.C.E., N° 810, 1920-1922, FLS. 17-22V.)

de Regentes Agrícolas e, por último, uma Escola Normal que, embora afectada pelas determinações do regime ditatorial em termos de política educativa e em relação à classe dos professores primários, regressou posteriormente à cidade metamorfoseada de Escola do Magistério Primário²⁰. Embora não seja nosso propósito estimar o volume de estudantes que de todo o sul afluíam à cidade, o facto de esta conseguir oferecer tais serviços conferia-lhe lugar de destaque no quadro regional.

Ainda no campo da oferta cultural, há que referir o facto de na década de trinta do século XX Évora dispor de uma Biblioteca Pública e de um Arquivo Distrital, assim como de um Museu Regional. Se bem que não viesse inventariado na secção dos serviços públicos considerados pelos Anuários Comerciais de 1899 e de 1933, em nosso entender a sequência de espaços culturais existentes na cidade só fica completa com a inclusão do Teatro Garcia de Resende. O imponente edifício foi construído por iniciativa de um grupo de indivíduos da elite local e depois doado ao município que ficou com a responsabilidade de gerir e cuidar do espaço, o que fazia mediante sistema de concessões a privados²¹. Um conjunto de equipamentos que, mais uma vez, distinguiram a cidade no contexto da malha urbana do Sul do país, neste caso no campo cultural.

No plano da protecção aos mais desamparados, a cidade dispunha da Misericórdia e da Casa Pia de Évora, sendo esta última das poucas instituições deste tipo existentes no país²². Para além destas, existiam outras instituições beneficentes, resultantes do encontro entre o esforço legislativo do Estado Liberal no campo da assistência pública e o espírito de filantropia de particulares oriundos de meios sociais abastados²³. Neste contexto podem arrolar-se o Asilo da Infância Desvalida, o Asilo de Cegos João Baptista Rolo, o Asilo de Mendicidade Ramalho Barahona, a Associação do Dinheiro dos Pobres e a Associação Creche e Lactário. Entre elas merece particular referência o Asilo de Mendicidade Ramalho

²⁰ Para uma apreensão sintética da situação dos professores, evolução da política educativa para o ensino primário e equipamentos escolares na transição na República e no Estado Novo cf., Maria Filomena Mónica, 1999, «Ensino Primário», in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (Maria Filomena Mónica e António Barreto coord.), vol.7, Porto, Figueirinhas, pp.636-639 e Eduardo Marçal Grilo, 1999, «Ministério da Educação», idem, vol.8, pp.470-475 e António Nóvoa, 1999, «Professores», idem, vol.9, pp.181-184.

²¹ Sobre as razões, circunstâncias, iniciativas e personagens envolvidos no processo de construção do Teatro Garcia de Resende cf., nomeadamente, Túlio Espanca, 1983, *Cadernos de história e Arte Eborense. Subsídios para a História Contemporânea da Cidade*, vol. XXXV, Évora, Ed. da Câmara Municipal de Évora, pp.3-38, Helder Adegar Fonseca, 1996a, op. cit. pp. 200-225 e Maria Ana Bernardo, 2001, *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX. O Circulo Eborense*, Lisboa, Cosmos, pp.52-57

²² cf. M. Ângela Montenegro Miguel «Casa Pia», «Casa Pia das Convertidas», «Casa Pia da Évora», «Casa Pia das Moças Desamparadas», «Casa Pia do Porto», 1984, *Dicionário de História de Portugal* (Joel Serrão dir.) vol.IX, Porto, Figueirinhas, pp.513-515.

²³ Sobre o tema da transição entre a dimensão assistencialista do Estado desenvolvida ao longo do século XIX e a tentativa de estruturação em Portugal do modelo de Estado Providência cf. Miriam Halpern Pereira, 1999, «As origens do Estado Providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado», *Ler História*, nº37, pp. 45-61.

Barahona: um amplo edifício construído de raiz mediante patrocínio da viúva de dois dos homens mais poderosos da sociedade eborense de Oitocentos²⁴. Não destrinchando aqui se as instituições mencionadas serviam apenas a cidade e o concelho, ou eventualmente respondiam às necessidades de populações mais distantes, fica a hipótese de também na área da assistência e beneficência Évora dispôr de equipamentos mais diversificados que qualquer outro núcleo urbano da região ou mesmo do interior do país.

Os diversos grupos de serviços públicos até agora inventados foram, em parte, resultantes da acção do Estado Liberal na sua tarefa de enquadramento e regulamentação administrativa do território. E nesse processo, a cidade de Évora captou organismos e equipamentos de funções diversificadas que a consolidaram numa posição institucional de interlocutor privilegiado com o poder central e, em simultâneo, de mediação com os outros centros urbanos do distrito, do Alentejo e mesmo de todo o Sul do país.

De entre os motivos pelos quais os diferentes governos foram optando por localizar em Évora tais serviços destaca-se, provavelmente, a circunstância de a cidade ser, no início do século XIX, o centro urbano mais populoso da região. Uma posição que repercutia, ainda, a importância que Évora teve como assento de corte em períodos mais recuados e o facto de tal aspecto ter continuado a ser reconhecido como importante capital simbólico em épocas posteriores. Mas a dita posição assentava, também, na histórica centralidade da cidade no plano da economia agrícola e na sua estreita articulação com o mercado de Lisboa, actualizada, a partir de meados do século XIX, pela existência de ferrovias que a ligavam a cidade à capital do país²⁵.

Ser sede da circunscrição administrativa distrital e concelhia só em parte terá contribuído para a preeminência da cidade no contexto regional. Factores de ordem simbólica mas também demográficos e económicos, que mutuamente se reforçavam, ajudam a compreender a posição de Évora como cidade de referência para a organização do aparelho periférico do Estado, tanto no período Liberal como na Ditadura.

Tal posição, porém, não terá sido impulso suficiente para um maior acréscimo populacional da cidade eborense, por comparação com outros centros urbanos de média di-

²⁴ Cf. o *Eborense*, 27/07/1901, número único, de homenagem a Inácia Angélica F. Barahona no dia do seu aniversário e o *Gratidão*, 07/06/1908, número único de homenagem à memória de Francisco Eduardo de Barahona Fragoso e a sua esposa Inácia Angélica Fernandes Ramalho Barahona, quando da inauguração do monumento no Jardim de Diana. José Maria Ramalho Dinis Perdigão e Francisco Eduardo Barahona Fragoso, respectivamente primeiro e segundo esposos de Inácia Fernandes Barahona, foram personagens de primeira importância na sociedade alentejana de Oitocentos e a sua acção económica e prestígio social têm sido estudados por Hélder A. Fonseca (cf., por exemplo, 1996a, *op. cit.*).

²⁵ Cf. Albert Silbert, 1978, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIIIe. – début du XIXe. Siècle. Contributions à l'histoire agraire comparée*, 3 vols., pp. 1153-7; David Justino, 1986, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, vol. II, Oeiras, Celta, pp.844-46, Helder A Fonseca, 1996a, *op. cit.*, pp.433-8. o Rui Santos, 2003, *Sociogénese do Latifundismo Moderno. Mercado Crises e Mudança Social na Região de Évora Séculos XVII a XX*, Lisboa, Banco de Portugal.p.68.

menção, que neste aspecto a foram suplantando. O seu pulsar mais profundo era o de uma cidade regional profundamente enraizada na lavoura e na criação de gado, cuja importância assentava numa intensa função de centro agrícola e pecuário “*da província das grandes herdades e dos seus senhores, que pesa[vam] a trigo, a cortiça, a porcos [...] a sua importância social*”²⁶.

Este panorama demográfico e sócio-económico repercutia-se na estrutura ocupacional concelhia e da própria cidade de Évora²⁷.

A análise dos seus agregados ocupacionais mais numerosos, efectuada a partir dos recenseamentos eleitorais concelhios, confirma a diferença entre a população urbana e a população rural em termos censitários, de alfabetização, no plano funcional e, em última análise, social. Face a um meio rural onde predominavam os trabalhadores indiferenciados da agricultura, o centro urbano eborense destacava-se como o grande foco de diferenciação ocupacional e social. Centro económico do concelho, a cidade de Évora era também o seu centro político, administrativo e de serviços.

Era quase exclusivamente na cidade que residiam os agregados ocupacionais dos trabalhadores do comércio – comerciantes e negociantes incluídos –, dos administrativos, e dos profissionais, técnicos e equiparados. Os comerciantes e negociantes destacavam-se sobretudo pelos seguintes aspectos: de entre eles saíam os indivíduos que, em conjunto com alguns proprietários, ostentavam os valores de censo mais elevados do concelho expressos nos recenseamentos eleitorais; por outro lado, embora o montante dos comerciantes e afins, ou seja, dos indivíduos possuidores de estabelecimentos comerciais, não tivesse subido significativamente, o volume dos recenseados que exerciam trabalho dependente na actividade comercial aumentou. Estes aspectos, combinados, indiciam um crescente dinamismo da actividade comercial na cidade de Évora, ao longo das três primeiras décadas do século XX, e sublinham importância do sector das trocas como meio de vida para a população sua população.

Entre os restantes agregados ocupacionais eborenses, os administrativos destacam-se pelo seu crescimento sustentado ao longo do período tratado. Uma tendência que decorreu da crescente presença do aparelho burocrático do Estado ao nível local e era reveladora da capacidade deste sector em acolher população activa e, deste modo, contribuir para o crescimento urbano eborense. Este agregado distinguia-se, ainda, tomando como indicador a situação registada em finais da primeira década de Novecentos, por captar maioritariamente indivíduos alfabetizados com residência eleitoral nas freguesias urbanas. Também o exíguo

²⁶ Cf. Orlando Ribeiro, 1994, *Opúsculos Geográficos. V volume: Temas urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 341.

²⁷ Para conhecimento mais detalhado sobre os resultados do estudo sobre a estrutura ocupacional eborense e sobre as fontes e metodologia usadas cf. Maria Ana Bernardo, 2009, *op. cit.*, pp.203-283 e 404-416.

agregado dos profissionais, técnicos e afins deve ser destacado pela sua posição em termos de alfabetização. Na verdade, a maior parte das categorias ocupacionais que o integrava – professores, advogados, médicos, engenheiros, para citar os exemplos mais pertinentes – pressupunha existência de elevadas habilitações académicas.

Aquele agregado era, assim, alfofre da elite profissional e capacitaria da sociedade eborense e, por essa via, dos cidadãos potencialmente elegíveis para os cargos políticos de âmbito local e nacional. E, embora fossem poucos os indivíduos deste grupo que eram inscritos nos recenseamentos eborenses do período Monárquico pela via censitária, quando esta informação era disponibilizada, eles situavam-se, em regra, acima do patamar de elegibilidade para deputados – quatrocentos mil réis de censo. Com uma acentuada diferenciação interna, também o agregado ocupacional dos administradores, gestores e trabalhadores equiparados, em particular no caso das ocupações que se reportavam a posições de comando que exigiam conhecimentos e competências mais elevados e/ou específicos, contribuía para o reforço daquele sector.

A instauração do regime republicano não operou transformações profundas no perfil sócio-ocupacional da sociedade eborense acima traçado. Assistiu-se a um reforço da posição da cidade de Évora como centro administrativo, tanto no plano civil como no militar, aumentando o peso das ocupações correlativas, e algumas outras categorias ocupacionais, particularmente as ligadas aos sectores dos transportes e comunicações, foram incorporando as competências funcionais necessárias à laboração em actividades onde se registou alguma modernização tecnológica. Com isso, terão adquirido algum capital de prestígio e proveito remuneratório no âmbito do meio profissional onde se movimentavam.

A agricultura manteve-se, ao longo de todo o período, como o sector de actividade económica predominante e, a partir dele, e de um sector transformador em regra de pequena escala, estruturava-se por sua vez a actividade comercial, que adquiria maior expressão no centro urbano. De facto, não será excessivo concluir-se que os sectores económicos preponderantes, assim como as hierarquias e posições dos indivíduos e dos grupos que os integravam, não tendo sido estruturalmente afectados e se ajustaram às transformações políticas que caracterizaram a época, dando espaço à actuação de outros protagonistas na vida pública eborense.

Um sinal evidente dos efeitos da transição da Monarquia para a República na sociedade local foi a alteração ao nível do recrutamento e da composição social das vereações camarárias. O predomínio de recrutamento entre os proprietários foi esbatido pela presença dos professores, advogados e médicos e registou-se ainda numa baixa da idade média de acesso ao exercício do cargo²⁸. A República quebrou a preponderância que os proprietários

²⁸ Para conhecimento mais aprofundado do sentido e alcance destas mudanças cf. Maria Ana Bernardo, 2009, op. cit., pp.310-360.

até então tinham na direcção do município eborense, substituindo-a por elencos socialmente mais diversificados, nos quais pontuavam, de forma inédita, administrativos e trabalhadores da produção e consolidavam posição os sectores letrados da sociedade eborense. Nesta área, os notáveis tradicionais – com enraizamento no grupo proprietários mais abastados do concelho –, cediam lugar a segmentos sócio-ocupacionais até então secundarizados ou ausentes do exercício dos cargos políticos. No caso de Évora, I República efectivamente permitiu aos indivíduos com maiores habilitações académicas o acesso a outros cargos na vida pública local e mesmo nacional²⁹.

O grupo de indivíduos que governou Portugal durante o século XIX constituía uma elite restrita dominada por graduados no ensino superior, 92% dos quais possuíam um diploma, sendo 49% provenientes em exclusivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Do ponto de vista da qualificação académica, a grande alteração ocorrida entre 1910 e 1926 deu-se no recrutamento ao nível dos cursos. O bacharel em direito monárquico, por exemplo, foi dando cada vez mais lugar ao médico republicano³⁰.

Os deputados eleitos por círculos do Alentejo durante a Monarquia viviam de proventos próprios (acumulavam o estatuto de proprietário com o exercício de outras actividades), desenvolviam uma profissão liberal (sobretudo a advocacia), eram detentores de um diploma da Universidade de Coimbra e oriundos de sede de concelho de um dos 3 distritos alentejanos. De entre os eleitos no período de 1910 a 1926 estavam particularmente representados os funcionários públicos e os profissionais liberais – com particular destaque para os médicos –, indivíduos que acumulavam a gestão do seu património com o exercício da sua actividade profissional³¹.

A estrutura informal que caracterizava a organização dos partidos políticos liberais, aliada à configuração do sistema eleitoral, projectava os notáveis locais para o desempenho dos principais cargos no aparelho político e no aparelho administrativo. Esta selecção de

²⁹ Sobre o protagonismo de indivíduos oriundos destas áreas sócio ocupacionais na vida política eborense ao longo da I República cf., nomeadamente, os seguintes estudos de Manuel Baião, 2000, “A administração local na transição da I República para a Ditadura Militar”, *Separata da Revista de Administração Local*, nº180, pp.775-788.t., pp. 775-788 e idem, 2006 “O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) — ideologia, política regional e organização interna e elites”, *Análise Social*, vol. XLI (178) pp. 102-103.

³⁰ Rui Ramos, 2001, *João Franco e o fracasso do Reformismo liberal 1884-1908*, Lisboa, ICS, pp. 31-32; Pedro Tavares de Almeida, Paulo Jorge Fernandes e Marta Carvalho dos Santos, 2006, «Os deputados da 1ª República portuguesa: inquérito prosopográfico», *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 27, Faculdade de Letras, Coimbra. pp. 399-417.

³¹ Cf. Fernando Luís Gameiro, 2010, *Com Engenho e Arte. Ensino Técnico em Évora durante a I República*. Lisboa, Colibri/Cidehus. Este estudo inclui uma aproximação ao tema das elites parlamentares na I República, em perspectiva regional, salientando a sua formação académica e a sua carreira profissional em relação com as instituições de ensino da cidade de Évora. Para os eleitos por círculos do Alentejo foram utilizadas as mesmas fontes que suportaram o estudo coordenado por Pedro Tavares de Almeida, 2006, *cit.*

notáveis era também objecto do crivo oferecido pelas qualificações académicas, sobretudo no recrutamento da elite parlamentar e ministerial³².

A análise biográfica, conjugada com as evidências da acção pública dos insignes locais, permite dar relevo a atributos comuns tais como a formação académica, a carreira profissional e a relação com as principais instituições de ensino instaladas na região, em particular com o Liceu instalado em Évora³³.

Nesta linha, e partindo da composição do primeiro elenco governativo republicano da cidade de Évora, procedemos à reconstituição prosopográfica das trajectórias académicas e dos percursos profissionais dos protagonistas que operaram a mudança do pessoal político no advento do novo regime.

Se, por um lado, a acção das elites ligadas ao poder central tem sido um objecto privilegiado de estudo ao longo das últimas décadas, tendência que tem sido acompanhada na análise das elites periféricas, já o mesmo não se pode afirmar sobre os seus atributos. Um dos mais importantes, num sistema que colocava os predicados capacitários como condição sem a qual o acesso ao sistema eleitoral não era possível, foi precisamente o nível de instrução³⁴.

O ensino de nível secundário, justamente considerado o “Império do Meio”, tem sido apontado como um factor educativo diferenciador das elites periféricas em regiões com baixos níveis de alfabetização e reduzida diversificação da oferta de ensinosa³⁵.

Considerado o estatuto do Liceu de Évora no contexto da cidade e da região, importa avaliar o seu impacto no processo de estruturação das elites políticas. Com este objectivo levámos a cabo uma sondagem sobre os atributos dos alunos liceais que integravam a elite

³² *Idem, ibidem.*

³³ Fernando Luís Gameiro, 2003, «Identidade, Legitimação e Poder. O Liceu Nacional de André de Gouveia durante o Estado Novo», *Economia e Sociologia*, nº 73, Évora, ISCES, pp. 154-178.

³⁴ A vaga de obras colectivas elaboradas na óptica da história biográfica, publicadas ao longo da última década, sobretudo por iniciativa da Assembleia da República, colocou em evidência histórias de vida das elites ministeriais e parlamentares. Cf. Maria Filomena Mónica (Coord.), 2004, *Dicionário Biográfico de Parlamentares (1834-1910)*, Porto: Afrontamento, 4 vols e A.H. de Oliveira Marques (Coord.), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Afrontamento, 1999. A abordagem prosopográfica, a partir da informação que esteve na base destes trabalhos, tem-se mostrado também promissora nesta matéria: alguns exemplos podem ser encontrado em Rui Ramos (Coord.), 2003, *Segundo Colóquio de História Social das Elites*, Lisboa, ICS (edição em CD).

³⁵ A expressão tem sido utilizada pelos historiadores da educação para sublinhar o peso do subsistema de ensino no contexto educativo do Portugal contemporâneo: cf. António Nóvoa, João Barroso, Jorge Ramos do Ó, «O todo poderoso império do meio», *Liceus de Portugal*, Porto, ASA, pp. 40-43. Sobre a importância da formação de nível secundário na configuração das elites periféricas cf. Hélder Adegas Fonseca, 1996, «As Elites Económicas Alentejanas, 1850-1870: Anatomia Social e Empresarial», *Análise Social*, Nº 136-137, pp. 711-748; Fernando Gameiro, 2007, «Os Liceus do Sul na Imprensa Generalista (1930-1960)» *Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia (Edição em CD).

letrada do concelho, procedendo ao cruzamento de fontes distintas tanto de cunho eleitoral como académico. As primeiras abrangem o período de 1913 a 1921 e as segundas o período entre 1880 e 1913. Partindo desta base, procedemos ao seu cruzamento com os nomes dos cidadãos que integraram a primeira administração camarária, proclamada que estava a República, associando-os à sua acção pública.

Cruzando os alunos que frequentaram o liceu de Évora entre 1870 e 1905 – intervalo que compreende a geração em que se integram os membros mais proeminentes da primeira Comissão Administrativa – com a elite letrada do concelho, verificamos a predominância dos alunos que frequentaram o Liceu nas décadas de 1880 e 1890, em particular depois do Ultimato de 1890. Este intervalo coincide com o período em que a propaganda republicana foi mais intensa no meio académico (1881-1890, 22.4% dos casos e 1891-1900, 33,6%) altura em que estes indivíduos se encontravam a frequentar o ensino liceal ou o ensino superior³⁶.

Os líderes políticos que protagonizaram a mudança de regime em Évora foram bem identificados pelas fontes que temos vindo a cotejar. Os protagonistas da mudança foram liderados pelos mais qualificados, no caso dois médicos conotados com o movimento que triunfou em 5 de Outubro: “(...) *No dia sete de Outubro de ano de mil novecentos e dez pela uma hora «da tarde chegou aos Paços deste Concelho o Ex.º Governador civil do distrito de Évora acompanhado de grande concurso de povo que constantemente o vitoriava. Entrando na sala nobre declarou que acabava de tomar posse do cargo do governo civil em nome do governo provisório da república e que nomeava os cidadãos Dr. Júlio do Patrocínio Martins, Dr. Manuel Gomes Fradinho, Dr. Felício Caeiro, Joaquim António Simões, António dos Santos Cartaxo, José Celestino Rebolado Formosinho, Francisco Maria Nunes, Francisco de Almeida Teles do Vale e João José de Oliveira para constituírem a comissão administrativa deste município (...)*”³⁷.

Este conjunto de cidadãos fez parte da geração que foi exposta à propaganda republicana depois do Ultimato: frequentaram o Liceu de Évora o próprio Governador Civil, Estevão da Cunha Pimentel (entre 1892-1895), o Dr. Júlio do Patrocínio Martins (entre 1892-1894) e o Dr. Manuel Gomes Fradinho (entre 1892-1895), numa altura em que o envolvimento dos estudantes liceais na propaganda anti monárquica recrudescia. Esta proximidade geracional e a frequência do ensino liceal em Évora prosseguiram com o seguimento de estudos na Escola Politécnica em Lisboa. Não há dúvida que tanto Manuel Gomes Fradinho, como Felício Caeiro, depois de frequentarem estudos preparatórios na-

³⁶ Cf. Tabela I – Intervalos geracionais dos alunos com frequência do Liceu de Évora arrolados no recenseamento de 1913; Rui Ramos, 1994, «A Segunda Fundação 1890-1926», José Mattoso (Dir.) *História de Portugal*, vol 6, Lisboa, Estampa.

³⁷ Espanca, Túlio, *A Cidade de Évora*, nº 58, Évora, CME, p. 265.

quela escola de preparação, não só prosseguiram juntos para a escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, como privaram com alguns dos notáveis republicanos que ali leccionavam como foi o caso de Miguel Bombarda³⁸.

Confrontando a composição do primeiro elenco camarário republicano com a sua posição nos recenseamentos eleitorais constata-se que os cargos de maior responsabilidade política foram entregues aos indivíduos com mais qualificações académicas e com um percurso no liceu local: Estêvão da Cunha Pimentel – que não consta do recenseamento de 1913, mas apenas do de 1921, com uma ocupação de estatuto (proprietário), mas que havia frequentado os preparatórios na Escola Politécnica de Lisboa e ingressado no Instituto de Agronomia –, o Dr. Júlio do Patrocínio Martins – está inscrito apenas no primeiro dos recenseamentos citados – e o Dr. Manuel Gomes Fradinho que consta em ambos os arrolamentos. Estes homens dominaram o Governo Civil (1910-1911), a presidência e a vice-presidência da Comissão Administrativa.

Do ponto de vista biográfico, começando pelo Governador Civil Estêvão da Cunha Pimentel, importa referir que os meandros da burocracia do estado e do desempenho de funções públicas eram já uma tradição familiar³⁹. Natural de Évora, aderiu inicialmente ao Partido Republicano Português (P.R.P.), mas depois da cisão republicana, por via da sua amizade com António José de Almeida, passou a colaborar com o Partido Evolucionista⁴⁰.

Júlio do Patrocínio Martins, natural de Casa Branca, era filho do proprietário Pedro Martins. Veio para Évora onde frequentou o Colégio dos Lóios e depois o Liceu. Ingressou na Academia Politécnica do Porto, instalando-se posteriormente em Lisboa onde se formaria na Escola Médico-cirúrgica. Filiou-se inicialmente no P.R.P., transitando, tal como o Governador Civil, para o Partido Evolucionista força política na qual chegou a integrar a Junta Central.

No contexto da elevada instabilidade provocada pela sucessão de governos, alguns destes cidadãos rapidamente abandonaram a esfera local e passaram a integrar a elite parlamentar ou ministerial. Foi o caso de Patrocínio Martins que, logo em 1911, fez parte da

³⁸ AMCEP, EP, Livros dos anos respectivos; Cf. *Notícias d'Évora*, 18 de Outubro de 1910 (testemunhos desse reconhecimento pelos próprios a propósito dos funerais de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis).

³⁹ Era filho de um bacharel que havia sido secretário do Governo Civil, Tesoureiro Pagador da Caixa de Crédito Eborense (1875) e Vogal do Conselho de Distrito, conhecendo bem os meandros da administração monárquica. O filho cedo aderiu à causa republicana. Nasceu em Évora a 16 de Fevereiro de 1882, filho de Henrique da Cunha Pimentel e Henriqueta da Cunha Pimentel.

⁴⁰ Em 1919, chega ao Parlamento eleito deputado, nas listas do Partido Liberal, pelo círculo de Portalegre. Durante a Ditadura Militar, foi nomeado Comissário do Governo junto da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela e, nessa qualidade, acompanhou o Ministro das Colónias (Bacelar Bebiano) a Angola, em 1929. Morreu em Algés (Oeiras), em 16 de Janeiro de 1955. Cf. A.H. Oliveira Marques (Coord.), 1996, «Pimentel, Estêvão da Cunha» *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Afrontamento, p. 348.

Assembleia Constituinte, para depois sobraçar a pasta do Comércio em 1919. Os dois lugares de topo, ao nível local, respectivamente o delegado do governo central corporizado no desempenho do cargo de Governador Civil e o presidente da Comissão Administrativa, projectaram igualmente as suas carreiras para uma esfera nacional⁴¹.

Com excepção de Manuel Gomes Fradinho, tanto os reitores liceais republicanos, como os directores da nova Escola Industrial – caso de Ezequiel de Campos ou Santos Garcia – integraram a elite parlamentar republicana⁴².

Os protagonistas da política local republicana tinham fortes afinidades geracionais e académicas. Em 1910, o Governador Civil tinha 28 anos, Júlio Martins 32³⁹. Agostinho Caeiro, o único dos médicos que assumiu o cargo de vereador em 1910, tinha também 30 anos. O seu percurso foi similar ao dos seus correligionários: depois de frequentar os preparatórios na Escola Politécnica formar-se-ia na Escola Médico-Cirúrgica tendo continuado a exercer clínica em Évora.

A acção destes homens políticos pode dividir-se em duas áreas distintas. A primeira, a nível interno, na instituição liceal, na qual estes indivíduos actuaram como representantes dos partidos políticos aos quais estavam vinculados, procurando moldar a vida institucional em função dos valores republicanos; a nível externo, assumindo um notável protagonismo no seio das novas instituições da República tanto a nível local como a nível central.

De facto, os dois reitores em funções durante a República debutaram na política municipal em representação de várias das forças em que se foi fragmentando o espectro partidário republicano⁴³.

A mudança de regime implicou, numa primeira fase, uma mudança radical nos processos de escolha dos novos líderes institucionais. O último dos reitores monárquicos, o médico José Lopes Marçal, foi obrigado a abandonar o cargo na medida em que foram abolidos os lugares de reitor em todos os liceus nacionais. Sucedeu-lhe o também médico Manuel Gomes Fradinho⁴⁴.

O novo reitor conhecia bem a instituição quando iniciou funções. Natural de Mourão, tinha frequentado o liceu de Évora entre 1890 e 1905, ano em que ingressou na Escola Po-

⁴¹ Cf. Pedro Tavares de Almeida, Paulo Jorge Fernandes e Marta Carvalho dos Santos, 2006, «Os deputados da 1ª República portuguesa: inquérito prosopográfico» *cit.*

Sobre a composição da elite ministerial ver Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto, 2006, «Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política»; Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto e Nuno Bermeo (Dir), *Quem Governa a Europa do sul? O recrutamento ministerial, 1850-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

⁴² Cf. Fernando Gameiro, 2011, *cit.*

⁴³ Cf. Manuel Baiôa, 2000, *Elites Políticas em Évora. Da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Cosmos.

⁴⁴ Decreto de 17 de Outubro publicado no Diário do Governo nº 11 (18 de Outubro de 1910).

litécnica da Lisboa para frequentar as cadeiras preparatórias necessárias à prossecução dos estudos. A frequência desta instituição era um degrau necessário à matrícula na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, instituição na qual se formaria em 1902.

O Dr. Manuel Gomes Fradinho nunca exerceu clínica de forma continuada, optando por uma carreira no ensino liceal, à qual juntou intenso activismo político, mantendo também uma importante actividade como publicista⁴⁵. Assumiu funções como professor efectivo do liceu de Évora por decreto de 3 de Outubro de 1902, mas cedo começou a integrar-se na vida política, uma actividade que ganhou expressão com o desempenho de cargos públicos locais depois de implantada a I República. Embora tivesse mantido o cargo de reitor, para o qual foi nomeado após o 5 de Outubro, integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal entre 1910 e 1913, ocupando o cargo vice-presidente e depois de vereador⁴⁶.

Teve um papel fundamental nas primeiras medidas tomadas pelo novo elenco governativo da cidade, no qual pontificavam três médicos a que já aludimos, todos alunos do Liceu de Évora, da Escola Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa: Júlio Martins, Felício Caeiro e Manuel Fradinho, profissionais mais habituados às lides da medicina do que da política. Para além de suspenderem a generalidade das medidas tomadas pela última vereação monárquica, sobretudo no campo das obras públicas, começaram por dar prioridade ao estado da higiene e sanidade da cidade sinal claro da prevalência do seu estatuto profissional – os dois primeiros nunca abandonariam o exercício da medicina – sobre o desempenho político⁴⁷.

A morte de Sidónio Pais, em 14 de Dezembro de 1918, mergulhou o país em nova fase de instabilidade política que se reflectiu na sucessão de governos de efémera duração. É neste contexto que é nomeado reitor Alberto Jordão Marques da Costa, em 10 de Novembro de 1919, cumprindo um mandato que se irá estender até 28 de Maio de 1926⁴⁸.

O Dr. Alberto Jordão Marques da Costa foi militante do Partido Republicano Português (P.R.P.) e, entre 1917 e 1920, integrou este partido com o seu antecessor no cargo. Distingue-se de Manuel Gomes Fradinho pelo facto de ter desempenhado também o cargo de Governador Civil.

⁴⁵ AMCEP, EP, Livro nº 17, 1894-1896.

⁴⁶ *Anuário Comercial*, Distrito de Évora, 1913. A equipa camarária era constituída pelo presidente Máximo Homem de Campos Rodrigues e pelo vice-presidente Manuel Gomes Fradinho. A vereação tinha os seguintes membros: Agostinho Felício Pereira Caeiro; Francisco de Almeida Telles do Valle; João José Perdigão; e Manuel da Costa Lima.

⁴⁷ Numa decisão de carácter corporativo os três médicos (dos quais dois exerciam efectivamente) optaram por equacionar as medidas de higiene a tomar relativamente à inspecção das meretrizes. A.D.E. *Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Évora*, sessão de 10 de Outubro de 1910.

⁴⁸ AHLE, Cadastros e Registos Biográficos.

Unidos em 1925, no Partido Republicano Nacionalista (P.R.N.), integravam um corpo docente fortemente politizado, mas distribuído pelas várias dissidências do espectro partidário⁴⁹.

Durante o período em análise os líderes institucionais notabilizaram-se pelo mesmo protagonismo político que contagiou muitos dos professores das principais instituições de ensino e de assistência da cidade: a Casa Pia, o Liceu, a Escola Industrial mas também a Escola Normal Superior. Todos eles assumiram cargos, quer na hierarquia dos poderes periféricos locais – caso das presidências de Comissões Administrativas ou da Câmara Municipal –, quer de nomeação governamental, como foi o caso dos governadores civis. De entre as 26 figuras que desempenhavam o cargo de Governador Civil do distrito de Évora só dois bisaram: os professores liceais Alberto Jordão, o último dos reitores republicanos, e Domingos Rosado que, depois de curta passagem pela docência no Liceu, acabaria por também fazer carreira como professor do ensino industrial e comercial⁵⁰.

Ao nível de qualificações académicas, no contexto da mudança do pessoal político, ganhou cada vez maior importância o conjunto de indivíduos classificados no grupo ocupacional dos profissionais, técnicos e trabalhadores equiparados⁵¹, pertença que se veio a revelar particularmente decisiva como factor de distinção na acção pública. A qualificação servia, no âmbito do combate político, para fazer com que a disputa se centrasse nos atributos profissionais dos indivíduos. Podemos dar um exemplo a partir do testemunho de Evaristo Cutileiro, um médico e activista, que não hesitava em confrontar os seus adversários com o que considerava ser a contradição entre a sua educação formal e o seu modo de actuação: “(...) *É preciso ter um grande descaramento para enviar à Câmara Municipal um protesto elaborado em termos grosseiros, não próprios de um homem que embora não mereça consideração alguma tem um curso e como tal tinha a restrita obrigação de respeitar, principalmente sabendo que na comissão administrativa do município existem 3 médicos (...) desta vez não teve a coragem para assistir à sessão de 5ª feira em que foi lido esse célebre e fastidioso documento em que protesta contra o local onde vai ser instalada a Escola Agrícola de Évora na Herdade da Mitra (...)*”⁵².

O factor diferenciador obtido através da certificação de estudos superiores começou a desenhar-se com a frequência da única instituição que na cidade permitia o prosseguir-

⁴⁹ Manuel Baiôa, *op. cit.*

⁵⁰ Fernando Luís Gameiro, 2011, *cit.*

⁵¹ Ocupações/tarefas desconhecidas -1(1): Marco H. D. Van Leeuwen, Ineke Maas e Andrew Miles eds., 2002, *HISCO: Historical International Standard Classification of Occupations*, Leuven, Leuven University e Nuno Luís Madureira (coord.), 2000, *1000 Ocupações Históricas. Projecto para a Análise e Classificação das Ocupações. Historical International Standard of Classification Occupation, PACO/HISCO*, Draft, version 1.0. Para uma aplicação em contexto regional cf. Maria Ana Bernardo, 2009, *op. cit.*

⁵² *O Cidadão* 40, 10 de Junho de 1912.

mento de estudos: o Liceu. Consolidou-se depois com a frequência de instituições de ensino superior de Lisboa, nomeadamente a Escola Politécnica e as escolas de aplicação. A certificação, e o correspondente exercício profissional, consolidaram um estatuto eminentemente técnico, onde a qualificação era não só a regra como um importante requisito para o protagonismo político. Este facto mostra a afirmação deste grupo sócio ocupacional na fase inicial do regime republicano, em detrimento das ocupações de *status*⁵³ que pontificavam nas administrações municipais durante a fase final da Monarquia Constitucional.

⁵³ Ocupações/tarefas desconhecidas -1(1), cf. Nuno Luís Madureira (coord.), 2000, 1000 *Ocupações Históricas. Projecto para a Análise e Classificação das Ocupações. Historical International Standard of Classification Occupation, PACO/HISCO*, Draft, version 1.0. Para uma aplicação em contexto regional cf. Maria Ana Bernardo, 2009, *op. cit.*